Recursos financeiros

Os recursos financeiros afetos ao SEN — funcionamento do CSE e atividade estatística das AE — foram os seguintes:

Conselho Superior de Estatística — 247.420 Euros;
 Instituto Nacional de Estatística e entidades com delegação de competências — 33.704,82 mil Euros ⁽²⁾ (89,7 % da responsabilidade do INE);
 Serviço Regional de Estatística dos Açores — 1.437,8 mil Euros;
 Direção Regional de Estatística da Madeira — 1.047,5 mil Euros.

Recursos humanos

À atividade do Sistema Estatístico Nacional foram afetos os seguintes recursos humanos:

O Secretariado do Conselho constituído por 6 pessoas, para apoio às atividades do CSE, as quais envolvem um total de cerca de 200 participantes (membros do Conselho e outros participantes em Grupos de Trabalho).

As Autoridades Estatísticas, para o desenvolvimento das atividades estatísticas executadas em 2017, contaram com 911 colaboradores dos respetivos quadros, assim distribuídos:

Instituto Nacional de Estatística — 612 ⁽³⁾
 Banco de Portugal — 87
 Serviço Regional de Estatística dos Açores — 47
 Direção Regional de Estatística da Madeira — 46
 Entidades com Delegação de Competências do INE — 119

⁽¹⁾ Instituto Nacional de Estatística (INE), Banco de Portugal (BdP), Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) e Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM). O SREA e a DREM para as estatísticas de âmbito estritamente regional e Entidades com Delegação de Competências do INE no âmbito da Lei n.º 22/2008 de 13 de maio: a Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (MM), a Direção-Geral de Energia e Geologia (MEC), a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (MEC e MCTES), a Direção-Geral da Política de Justiça (MJ) e o Gabinete de Estratégia e Planeamento (MTSSS).

⁽²⁾ Inclui os custos afetos à atividade do CSE

⁽³⁾ Inclui os recursos afetos à atividade do Secretariado do CSE.

311480887

FINANÇAS**Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais****Despacho n.º 6836/2018**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de técnico especialista do meu gabinete a licenciada Susana Paula Sousa Rodrigues Gomes da Cruz, inspetora da Inspeção-Geral de Finanças.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, à designada é atribuído o estatuto remuneratório equiparado ao de adjunto de gabinete.

3 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pela Inspeção-Geral de Finanças, e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do mesmo decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 15 de junho de 2018.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

2 de julho de 2018. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes*.

ANEXO

Nota curricular

Susana Paula Sousa Rodrigues Gomes da Cruz, 52 anos, é natural de Lisboa.

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, em 1988. Iniciou funções como advogada, tendo inscrição na Ordem dos Advogados suspensa, por iniciativa própria, desde 1991, para desempenhar cargo na administração pública.

É inspetora de finanças do quadro da Inspeção-Geral de Finanças (IGF), com trabalho desenvolvido, desde setembro de 1992, no âmbito da Inspeção de Empresas, do Sistema Nacional de Controlo Interno e do Controlo da Receita Tributária.

Desempenhou funções dirigentes na IGF de julho de 1996 a junho de 1998 (como inspetora de finanças chefe até final de 1996 e posteriormente como inspetora de finanças diretora).

Exerceu funções no Centro de Estudos Fiscais e Aduaneiros (CEF) da Autoridade Tributária e Aduaneira, em regime de mobilidade inter-carreiras, entre junho de 2011 e junho de 2018.

Prestou assessoria técnica, na área da fiscalidade, em gabinetes governamentais (de fevereiro de 96 a junho de 96 no Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais; de dezembro de 1999 a abril de 2002 no Gabinete do Primeiro-Ministro; de março de 2005 a junho de 2008 no Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e de junho de 2008 a junho de 2011 no Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças).

Exerceu funções de assessoria jurídica na Direção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI) de janeiro de 1989 a setembro de 1992, junto do Serviço de Administração do IVA.

311492404

Despacho n.º 6837/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de Adjunta do meu Gabinete, Teresa Mariana Figueira Ferraz Viveiros Henriques, com a inscrição na Ordem dos Advogados por ora suspensa, por força do exercício das presentes funções nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do referido diploma.

2 — O estatuto remuneratório da designada é o de adjunto de gabinete, previsto no artigo 13.º, n.º 4, alínea a), do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — A designada fica autorizada a exercer as atividades referidas na alínea a) do n.º 3 do artigo 7.º do referido decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 2 de julho de 2018.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

3 de julho de 2018. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Teresa Mariana Figueira Ferraz Viveiros Henriques;
 Data de nascimento: 13 de setembro de 1990.

2 — Habilitações académicas:

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2008-2012);

Mestre em Direito (Direito Empresarial) pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2012-2015).

3 — Experiência profissional:

Advogada (desde 2016, atualmente com inscrição suspensa voluntariamente devido ao exercício de funções públicas);

Assistente na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (desde 2015).

311489902

FINANÇAS E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL**Gabinetes do Secretário de Estado do Orçamento e da Secretária de Estado da Segurança Social****Portaria n.º 380/2018**

O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., é um instituto público de regime especial que, nos termos previstos no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 84/2012, de 30 de março, tem por missão a gestão financeira unificada dos recursos económicos consignados no orçamento da segurança social, desempenhando, designadamente, as funções de tesouraria única do sistema de segurança social.